

Consultor descarta intervenção no GDF

JORNAL DE BRASÍLIA

21 MAR 1998

ANA SÁ

O GDF considera que a situação da segurança pública no Distrito Federal não justifica qualquer pedido de intervenção.

Ao receber ontem a recomendação do Ministério Público do DF para solucionar o problema da segurança pública dentro de 24 horas, o governador acionou a consultoria jurídica do Palácio do Buriti para analisar as recomendações. Elas vão desde a colocação de policiais militares nas delegacias para substituírem os grevistas.

"A possibilidade de uma intervenção é remotíssima", disse ontem o consultor jurídico do Palácio do Buriti, Claudismar Zupiroli, lembrando o fato de a Constituição Federal não permi-

tir essa medida, em qualquer unidade da federação, enquanto o Congresso Nacional estiver votando as reformas constitucionais.

Além disso, segundo

Zupiroli, não há uma situação grave de perturbação da ordem pública por causa da greve dos 3.500 policiais civis. Ele comparou, por exemplo, ao movimento dos policiais militares deflagrado ano passado em alguns estados. "Policiais atiraram em praça pública e nem por isso houve intervenção nesses estados", lembrou.

O consultor jurídico também argumentou que o Ministério Público do DF não pode pedir intervenção federal. "No máximo seria o procurador geral da República e isso não vai aconte-

cer".

Zupiroli esclareceu que o GDF recebeu, com naturalidade, as recomendações do Ministério Público. "É uma colaboração do Ministério como órgão cumpridor da lei". O consultor explicou que o GDF está tomando todas as providências para que a sugestão do procurador geral de Justiça, Humberto Adjuto Ulhôa — de colocar policiais militares nas delegacias para substituir os policiais grevistas — não seja colocada em prática. "faremos tudo para que não ocorra essa substituição", frisou.

Ainda segundo o consultor jurídico, o prazo de 24 horas dado pelo procurador para o GDF solucionar o impasse da greve não deve ser interpretado ao pé-da-letra. "O procurador sabe que não depende do governo acabar uma greve. É uma decisão da categoria". Zupiroli acha também que Ulhôa não está preocupado em polarizar com o GDF. "Ele está preocupado em que os serviços de segurança sejam mantidos minimamente satisfatórios", observou.

Consultor jurídico diz que há outras alternativas para resolver problema da segurança, que se agravou com a deflagração da greve da polícia